



vento sul

REFORMA POLÍTICA JÁ!



Conjuntura em Debate: para Construir o Poder Popular.

Pág. 03

CFES Sul realiza formação em economia solidária.

Pág. 04

CAMP e a Rede de Educação Cidadã: Caravana no Ceará.

Pág. 06

Escola de Cidadania realiza Curso sobre Gestão.

Pág. 08

a palavra

Fazer a leitura da realidade é um dos princípios da educação popular desenhada por Paulo Freire. É isso que buscamos fazer nesta edição do *Vento Sul*, através do olhar de cada um que compõe a Equipe CAMP.

Fazer parte das lutas sociais do campo popular no Brasil e na América Latina é o DNA do CAMP. As lutas se reorganizam e novas ou revigoradas bandeiras se agitam nesse campo. Os “novos movimentos de junho” se afirmam no cenário nacional enquanto sindicatos e movimentos do campo e cidade buscam se adequar ao rápido avanço das redes sociais e da juventude. Nesse contexto, ainda observamos o governo federal exercendo um importante papel na medida em que tem as organizações da sociedade civil como parceiras na execução de importantes políticas públicas. Destacamos aqui os campos da Economia Solidária e da promoção e defesa dos Direitos Humanos.

É nessa conjuntura que o CAMP tem atuado. Sem deixar de lado o fortalecimento direto de lutas populares, avançamos na parceria com o governo federal, pois entendemos que as políticas públicas em implementação são conquistas da sociedade civil. Fazer isso não significa perder de vista que há muito que ousar – políticas para quilombolas e indígenas são dois exemplos –, por isso atuamos em espaços de construção dessas políticas e não deixamos de fazer a crítica.

Esta edição do *Vento Sul* traz uma análise de conjuntura e textos focados nas lutas por avanços na dimensão da participação social no governo. A urgência da Reforma Política, que engloba no campo institucional a aprovação da Política Nacional de Participação Social, o Marco das Organizações da Sociedade Civil, o Marco da Internet e o Marco de Referência da Educação Popular como Política Pública e no campo social o Plebiscito Popular por uma Constituinte Soberana, agita a sociedade civil organizada.

Ilustramos a experiência da Rede de Educação Cidadã através da Caravana do CAMP e da RECID por municípios do Agreste Nordeste, no Ceará. No campo da EcoSol, contamos como foi o I Módulo do Curso Regional de Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Solidário Sustentável e Superação da Pobreza, que envolveu agentes formadores e de empreendimentos dos estados do Sul do Brasil e ainda terá mais três módulos. Em relação às “metodologias de empoderamento financeiro da e para a Economia Solidária”, buscamos aprofundar as características e os objetivos dessa política pública – Finanças Solidárias – ainda pouco apropriada pelos atores que compõem a enorme diversidade de experiência da EcoSol na região Sul do Brasil.

Como nosso grande desafio deste ano é retomarmos a Escola de Cidadania, projeto do CAMP voltado para capacitação política e técnica de agentes sociais, teremos o curso Mobilização de Recursos para Organizações Sociais. Esse objetiva capacitar gestores e militantes das organizações sociais, tendo em vista seu papel fundamental tanto na execução de políticas públicas quanto na formação de sujeitos políticos.

Enfim, esperamos que a leitura do *Vento Sul* provoque, aguace a curiosidade e a crítica. Este é um dos objetivos do CAMP: formar mentes e corações que problematizem e sejam sujeitos dos avanços e das mudanças necessários para termos uma sociedade e um Estado cidadãos.

a campanha

A sede do CAMP está em reforma. A campanha, iniciada em janeiro deste ano, agora se volta para a qualificação do Auditório Clara Scott, pois buscamos melhor atender aos movimentos sociais e a outras organizações que utilizam diariamente esse espaço.



Participe da campanha doando o valor de uma cadeira – R\$280,00 – através de depósito bancário. Apoie o CAMP em mais essa iniciativa!

Mais informações:

www.camp.org.br
(51) 3212-6511

Transferência bancária:

Banrisul – Ag.: 051 Conta: 06.0728321-6
Banco do Brasil – Ag.: 10-8 Conta: 24490-2



PARA CONSTRUIR O PODER POPULAR

Estamos fechando esta edição após a aprovação do Projeto de Lei conhecido como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Sancionado pela presidenta Dilma (PT), o país iniciará uma nova era no que tange ao fortalecimento das organizações e dos movimentos sociais, sua autonomia frente ao estado e aos partidos políticos, e, principalmente, ampliará a transparência frente à sociedade como um todo.

O marco regulatório é o resultado de quase quinze anos de luta da Abong e de demais redes e movimentos nacionais visando ao reconhecimento por parte do estado brasileiro da importância e do papel essencial das organizações sociais para a democracia no país. Após a Assembleia Constituinte realizada de 1987 a 1990, quando foi esculpida a lógica de poder popular de forma direta ou através de seus representantes legitimamente eleitos (Art. 1º, parágrafo 1º da Constituição Federal de 1988), a legislação infraconstitucional carece da criação, no dia a dia do cidadão, das ferramentas que irão concretizar esse poder popular. E para que haja sociedade organizada e mobilizada, é necessário que existam grupos de cidadãos e cidadãs, que se organizem entorno de movimentos e organizações sociais visando à construção e ao fortalecimento de identidades, propostas e projetos. Esses grupos são nossas ONGs, nossos movimentos populares e nossas fundações e associações que, até hoje, não gozam de nenhum apoio sistêmico do Estado brasileiro para sua atuação.

É aqui que a mobilização da Abong e de seus parceiros por um marco regulatório das OSCs se liga com a mobilização do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva. Não queremos somente novas formas de acesso aos recursos públicos. Queremos ampliar e aprofundar o processo de participação e empoderamento popular. Todo poder emana do povo e por

ele deve ser exercido diretamente ou através de seus representantes. Para que isso aconteça, é necessário que haja mecanismos simples e dinâmicos de participação direta da população nos assuntos que lhes dizem respeito, como, por exemplo, decidir sobre a conveniência ou não do país sediar uma Copa do Mundo de Futebol, de qual o percentual limite das taxas de juros ou ainda sobre a pertinência ou não da cessão de serviços públicos para o setor privado. São temas que dizem respeito ao modelo de sociedade e de país que queremos e, portanto, a cidadania tem direito a opinar sobre eles diretamente.

Numa sociedade complexa como a nossa, sempre haverá necessidade das representações políticas. Aliás, praticamos isso todos os dias em nossas organizações e nossos movimentos quando elegemos representantes, dirigentes e coordenadores, ou mesmo quando escolhemos alguém para nos representar numa reunião com outras organizações. A delegação da representação é uma prática saudável e parte do pressuposto de vínculos e compromissos de confiança entre as pessoas. Portanto, não está na representação política o mal da prática política. O problema, a meu ver, são outros.

Primeiro, a profissionalização da política, quando se delega, exclusiva e continuamente para uma única pessoa, ou um pequeno grupo de pessoas, a função de representar o coletivo. Para garantir a democracia é essencial que a representação seja um ato voluntário e que não seja remunerada. Mais do que isso, não se pode admitir que outros setores, com outros interesses, maculem a representação popular. E é justamente isso que acontece nos sistemas de representação política atual na maioria dos países. O poder econômico impõe seus interesses ao financiar os candidatos à representação popular. Com isso, eles deixam de representar quem os elegeu, corrompendo a base da democracia.



Conquistarmos o direito de uma Constituinte Exclusiva para que os representantes do povo que “não são políticos profissionais” definam como deverá ser a nova forma e dinâmica de exercício do poder popular é uma conquista fundamental para que possamos consolidar as conquistas democráticas, sociais e econômicas das últimas décadas e aprofundar as mudanças.

Essas conquistas, combinadas com aquelas em curso, como o direito à cidade, o respeito às diversidades, o acesso universal aos serviços públicos essenciais como saúde, transporte e educação, a conquista do marco civil da Internet e a necessária democratização da comunicação irão transformando aos poucos e de forma não violenta nossas vidas e das futuras gerações.

“Não queremos somente novas formas de acesso aos recursos públicos. Queremos ampliar e aprofundar o processo de participação e empoderamento popular. Todo poder emana do povo.”

MÃO NA CUMBUCA

SUGESTÃO DE DINÂMICA

Escreva as perguntas abaixo em papéis separados e os coloque em um saco/pote para que alguns dos presentes peguem a fim de respondê-las como forma de provocar o debate. Essa dinâmica também pode ser feita em pequenos grupos que depois irão expor aos demais em plenário. Outra opção é orientar que todos leiam anteriormente o texto e colocar os nomes dos presentes no saco/pote para escolher aleatoriamente quem irá apresentar o texto para o debate.

QUESTÕES PARA O DEBATE

1. Em sua opinião, e comparando o Brasil de hoje com o passado recente, você avalia que há conquistas na ótica da população mais humilde?
2. Você conhece alguma organização ou movimento social na sua região? Sabe como ela financia sua atuação? Você se preocupa em dar algum tipo de apoio a eles?
3. Na prática do dia a dia da sua comunidade, há exemplos de decisões feitas diretamente por todos? Quando a comunidade delega alguma tarefa, o grupo cobra depois sobre o que foi feito?

CFES Sul realiza formação em economia solidária

A terra e raiz
A chuva cai sobre a natureza
e a planta cresce gerando a riqueza
e o trabalhador luta com certeza
pra não faltar o pão sobre nossa mesa.

Refrão

A terra guarda a raiz
da planta que gera o pão
a madeira que dá o cabo
da enxada e do violão.
Liberdade é pão, é vida
Terra-mãe, trabalho e amor
é o grito da natureza
viola de um cantador.
É o povo em movimento
contra as cercas da concentração
com um sorriso de felicidade
e a história na palma da mão.
(Autoria do MST)

Assim, se inicia a formação em economia solidária, em clima de poesia. Com a participação alegre e marcante de todos(as) do primeiro ao último dia.

No mês de maio, em Porto Alegre (RS), aconteceu o I módulo do curso “Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial, Solidário e Sustentável e Superação da Pobreza”. A formação faz parte das atividades do Centro de Formação em Economia Solidária Regional Sul (CFES Regional Sul), um projeto executado pelo CAMP desde 2012 através do convênio firmado com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Totalizando uma carga horária

“Aproximadamente, 40 pessoas da capital, região metropolitana e do interior do estado participaram do evento.”

de 160 horas, dividido em cinco (5) módulos de 20 horas presenciais e 60 horas de atividades de alternância, o curso tem como principais objetivos:

- acumular reflexões para qualificar a compreensão e ação de educadores e agentes de desenvolvimento e lideranças da economia solidária. Esses aproximam e qualificam os seus conhecimentos sobre o que é, o que se propõe a ES e quais são seus desafios estratégicos;

- construir referenciais conceituais sobre a relação e contribuição da economia solidária com o desenvolvimento territorial sustentável para a superação da pobreza. Apresentar seus desdobramentos em referenciais metodológicos de educação, formação e assessoria técnica para que a economia solidária de fato possa se constituir numa estratégia de desenvolvimento territorial sustentável para a superação da pobreza.

Aproximadamente, 40 pessoas, da capital, região metropolitana e do interior do estado participaram do evento, entre elas: educadores e agentes (de gestões públicas e de entidades da sociedade civil) de projetos de ações de políticas públicas para a economia solidária, professores e técnicos universitários de incubadoras sociais e tecnológicas de economia solidária, coordenadores e professores de institutos federais, integrantes de empreendimentos e fóruns de economia solidária.



Na programação, foram abordados os seguintes temas: a natureza e lógica do sistema capitalista e a economia solidária, professor Carlos Schmidt; mundo do trabalho e economia solidária, Luciane Rocha Pereira, doutoranda da Unisinos; uma roda de conversa sobre trajetória do movimento de economia solidária (histórico e identidade do movimento, concepção de educação, trabalho, autogestão), Rosana Kirsch, integrante da Cooperativa Eita; trabalho, gênero e economia solidária, Rosane Mariane (Nani), ONG Guayí; uma videoconferência sobre as políticas públicas de economia solidária com Regilane Fernandes, representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Segundo Alexandre, representante do Instituto Federal de Pelotas, que “considero esse tipo de iniciativa como a do CFES fundamental, porque as pessoas têm vontade de trabalhar com esses grupos, dar

apoio e sustentar o movimento de economia solidária, mas na verdade não conhecem ou não compreendem. Então, esse tipo de atividade do CFES vem ao encontro dessa ansiedade que as pessoas têm de conhecer melhor, de ter mais fundamentação naquele trabalho que querem desenvolver. Isso precisa se “Espraizar” em todos os territórios onde nós temos incubadoras e apoiadores para justamente dar essa consistência e esse fundamento que é necessário. Precisa se multiplicar e formar cada vez mais pessoas”.

Dando continuidade à proposta de formação do CFES Sul, o segundo módulo aconteceu entre os dias 01 a 03 de julho, tendo como tema gerador o Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário, e como proposta de conteúdo: dinâmica/lógica da história do desenvolvimento brasileiro; o território no planejamento e execução das políticas de desenvolvimento (últimos 20 anos); o que delimita um território e quais são os fatores que influem nas possibilidades do seu desenvolvimento; o que é e por quê a economia solidária propõe um desenvolvimento territorial sustentável e solidário; os aspectos e as dinâmicas para a construção de um desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

O terceiro módulo do curso está previsto para acontecer de 20 a 22 de agosto deste ano e tem como tema gerador a Superação da pobreza, desenvolvimento territorial solidário e economia solidária.



A questão do crédito e o crédito como questão: finanças solidárias e financiamento para a economia solidária

Ao longo dos primeiros seis meses deste ano, os atores ligados à Economia Solidária (Ecosol) no país foram chamados para fazer um balanço sobre as políticas públicas voltadas para o segmento, refletindo sobre os avanços, limites e desafios. Convocados a traçar estratégias e indicar proposições para construir o Plano Nacional da Economia Solidária, nos reunimos nos territórios, nos estados e agora voltamos nossa atenção e expectativas para a III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), que deverá ocorrer em dezembro deste ano, em Brasília (DF).

As conferências públicas são momentos importantes na medida em que possibilitam a participação ativa da sociedade nos debates, reflexões e na construção de subsídios para a formulação de políticas públicas. Desse modo, ao longo desses primeiros encontros preparatórios para a III CONAES, debatemos em torno de quatro eixos principais: 1) produção, comercialização e consumo; 2) financiamento: crédito e finanças solidárias; 3) acesso ao conhecimento: educação, formação e assessoramento; 4) ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas.

É sobre o eixo dois que gostaríamos de falar um pouco mais. Com muita frequência, os termos “financiamento” e “finanças solidárias” se confundem e são utilizados como sinônimos para a ideia de “concessão de linhas de crédito específica aos empreendimentos econômicos solidários (EES)”. Essa confusão entre os termos e conceitos aparece claramente na maioria dos debates e, por consequência,

nas proposições indicadas por esse eixo nas conferências realizadas no Rio Grande do Sul até o momento. Cabe, portanto, nos determos um pouco sobre cada um deles.

Quando pautamos o financiamento para a Ecosol, estamos apontando para a necessidade de ela-



bora-
ção de leis

que reconheçam e regulamentem as atividades realizadas pelo segmento e que garantam, dentro de suas especificidades, linhas de crédito (em bancos públicos e privados) para capital de giro e para custeio e aquisição de bens e móveis pelos empreendimentos de economia solidária. Além disso, apontamos ainda, para a necessidade de constituição de um fundo com recursos públicos para financiar o trabalho associado.

Reiteramos: *fundos públicos para a economia solidária* não é o mesmo que *Fundos Solidários*.

Fundos Solidários (ou Fundos Rotativos Solidários, como são conhecidos em algumas partes do país), são iniciativas das **Finanças Solidárias**, assim como os

deramento financeiro da e para a Economia Solidária. E, assim como as questões referentes ao financiamento para Economia Solidária, para que as iniciativas de Finanças Solidárias se concretizem, faz-se necessário avançarmos em termos de políticas públicas que reconheçam a diversidade de experiências e as especificidades de cada uma delas. Os Fundos Solidários, por exemplo, são experiências de gestão coletiva de recursos monetários e não monetários que unem, para além do financiamento, as iniciativas produtivas associativas e as ações de formação e organização popular. Essas experiências de gestão coletiva levam ao empoderamento dos grupos, famílias, entidades de apoio e empreendimentos de economia solidária que, no exercício da gestão compartilhada, vão construindo com suas próprias mãos seus processos, rompendo com a lógica da dependência.

Cabe ressaltar ainda que as experiências de Finanças Solidárias nos remetem a alguns princípios que consideram a sabedoria e a diversidade da cultura popular, na medida em que o grupo é quem decide, planeja e executa cada ação. Ao utilizar essas ferramentas, criam instrumentos capazes de financiar a autonomia econômica e produtiva de famílias e grupos associativos. Qualificarmos, portanto, o debate em torno das Finanças Solidárias torna-se um desafio para a Economia Solidária, na medida em que cabe ao segmento se apropriar e reconhecer a importância desses instrumentos como forma de resistir e superar as práticas que ainda são vinculadas ao capital exploratório.

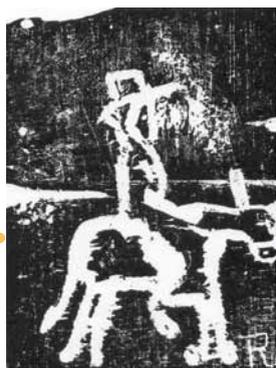
Bancos

Comunitários de Desenvolvimento, as Cooperativas de Crédito Solidário, os Clubes de Troca, as Moedas Sociais, etc. As Finanças Solidárias se constituem em ferramentas financeiras ligadas às noções de desenvolvimento territorial, às dinâmicas locais e à organização comunitária. Ou seja, as Finanças Solidárias não são apenas instrumentos que permitem a mobilização de recursos, mas são metodologias de empo-

a vivência

O CAMP e a Rede de Educação Cidadã: Caravana no Ceará

O CAMP, com o objetivo de qualificar e aprofundar seu acompanhamento pedagógico, foi a campo vivenciar as práticas de educação popular, articuladas e executadas pelos educadores populares do coletivo do Ceará da



Rede de Educação Cidadã, projeto desenvolvido em todo Brasil em parceria com movimentos sociais e governo federal. Lá andamos e vivemos um

tanto da realidade dos municípios de Salitre, Cariri, Jucás, Acopiara e Fortaleza e aqui vamos contar um pouquinho do que vivemos. Motivados pelo objetivo de embrenhar-nos em tais experiências a fim de sabê-las, sistematizá-las e anunciá-las como perspectiva de construção de um mundo mais humano, justo e solidário, nos colocamos a caminhar pelos saberes e sabores desse povo.

No Ceará, o fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais populares se dá pela revitalização, resgate e valorização da cultura e da história do seu povo. Por esse caminho e pensar nos envolvemos no cotidiano das experiências de vida do povo cearense, que são o chão do fazer político e metodológico da Rede de Educação Cidadã.

A primeira vereda nos levou à comunidade Lagoas dos Crioulos, município de Salitre, extre-



FORTALEZA

Sul do Ceará, uma comunidade remanescente de Quilombo, que sofria, e ainda sofre, a ausência de políticas públicas, apesar dos avanços. Salitre é a cidade de menor Índice

de Desenvolvimento Humano do Ceará. Nessa visita, participamos da distribuição de esperança, que se deu a partir das mudas de árvores nativas; vivenciamos uma roda de coco com Mestre Cirilo; assistimos à cultura se movimentar em forró pé de serra; realizamos uma Roda de Conversa que nos desenhou a construção dos laços entre a RECID e a



SALITRE

comunidade. Para encerrar, fomos agraciados com um espetáculo de manifestações culturais, como o Maculelê, o Reisado, Deusas dos Orixás, percussão afro e outras tantas.

Encharcados da cultura negra do Cariri, enveredamos para a região centro-sul do estado, onde fizemos a primeira parada no município de Jucás para visitar e conhecer a experiência do curso de Educomunicadores Populares Comunitários realizado pela Rádio Comunitária Sucesso FM em parceria com a RECID, sob a concessão da Associação de Base com Ações Participantes – ASCAP. Para ilustrar como se efetiva o jeito popular de se comunicar, os educadores apresentaram o Programa “Jucás: cantando e encantando”, com a presença de vários artistas da terra. O Programa vem resgatando e valorizando a

cultura e comunicação de populares. A visita teve o cenário da Xilogravura, com as matrizes produzidas por participantes do Curso Básico de Xilogravura, também realizado em parceria da ASCAP e RECID.

Daí, rumamos para Acopiara, segundo pouso da região centro-sul, a fim de conhecer a experiência da RECID com educação

formal. Há muito que a RECID vem dialogando sobre a relação da educação popular com a formal. Esse é o caso da Escola Estadual Liceu de Acopiara, que possui como uma das coordenadoras pedagógicas a também educadora popular voluntária da RECID Sônia Taveira. O Liceu vem sendo palco de construção e empoderamento das juventudes a partir de oficinas e rodas de conversas sobre liderança e protagonismo juvenil, políticas públicas para a juventude, danças circulares, cinema e teatro

na perspectiva do oprimido. Lá realizamos uma roda de conversa sobre a “Educação que Queremos” com jovens estudantes, professores e convidados do Liceu. Conhecer esse trabalho nos fez ver com outros olhos a importância do nosso jeito de ser e fazer educação popular. Tornar-se uma referência na construção de políticas públicas no Brasil através do diálogo, da leitura da realidade, da escuta atenta do outro.

No último pouso da Caravana CAMP e RECID Ceará, chegamos à capital cearense, rotulada e vendida para os turistas como a “Terra da Luz”. Talvez seja isso mesmo que eles encontrem: lindas praias, sol abrasador que aquece e anestesia seu estresse, belas “meninas-mulheres”, beira-mar iluminada. Mas, existe a Fortaleza, periférica, de estética diferente da vendida ao exterior e às elites brasileiras.

A partir do olhar dos jovens do Espaço Cultural Frei Tito de Alencar – ESCUTA –, conhecemos uma Fortaleza desigual.

“... se lembra de que a cidade é lenda que eu nem sei contar...”, foi com esse trecho da “Ciranda do Escuta” da professora Ângela Linhares que começamos a ouvir a história de sonhos, lutas e conquistas da comunidade que leva o mesmo nome

do espaço Cultural, situada no Pici, bairro da periferia de Fortaleza. Escutamos que o ESCUTA é resultado de um trabalho voluntário que teve início em 1980 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na arquidiocese de Fortaleza, que vem ao longo dos anos trabalhando a capacitação de educadores populares e inserindo-lhes em ações voltadas à arte e à cultura popular.

Foram essas as realidades visitadas pela Caravana CAMP e RECID Ceará. Mundos de lutas concretas, sonhadas e construídas



JUCÁS

por muitos corações, mestres e mãos. Por gentes diversas no jeito de ser e fazer, de cores, credos e idades tantas, mas que cultuam dentro de si e projetam em suas ações um sonho: o de dar concretude ao Projeto Popular de Nação.

A sistematização completa, elaborada pelo educador da RECID



ACOPIARA

do Ceará, Gilson Lucena, está disponibilizada no site do CAMP: www.camp.org.br.

Assista também ao vídeo produzido pelos educadores da RECID Nordeste durante essa visita do CAMP ao coletivo da RECID Ceará disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Et0nLzfs5xk&feature=youtu.be_gdata_player



CAMP segue trabalhando com a Cooperativa COOTRE de Esteio



Após ter construído e gerenciado um projeto com os catadores da cidade de Esteio (RS), entre agosto de 2011 e agosto de 2013, O CAMP segue apoiando a Cooperativa de Trabalho e Reciclagem de Esteio (COOTRE).

O projeto foi financiado pela

Gerda e utilizou a metodologia “Reciclagem Inclusiva” da Aliança Empreendedora e teve resultados positivos, com aumento de renda e de postos de trabalho, além de deixar heranças em termos organizacionais e administrativos.

Na época, esse grupo ainda não

estava formalizado como cooperativa, e sim como associação. Tinha apenas 13 pessoas, com renda média mensal de R\$ 438,00 por pessoa, e formato organizacional precário e pouco produtivo. Atualmente, após quase um ano do fim do projeto com a Gerda, em que o CAMP seguiu o apoio,

a renda média mensal por pessoa atingiu R\$ 1.460,00 com 26 cooperados (aumento de 100% em geração de empregos), avanços em termos de articulação dos catadores, e organização administrativa.

O educador responsável pela operação desse projeto, Sérgio Paiva, aponta entre todos os bons resultados obtidos a formalização da contratação da cooperativa por parte da prefeitura da cidade de Esteio para a realização da Coleta Seletiva como um ponto importante.

Enxergando na COOTRE um potencial e um grupo que coloca os conceitos de economia solidária e cooperativismo, o CAMP se valerá de sua parceria com a Christian Aid para seguir com esse trabalho, apostando em evoluções ainda maiores da cooperativa.

Nesses 10 meses após o término do projeto com a Gerda e Aliança Empreendedora, um projeto curto de apoio foi captado junto ao Instituto Vonpar, e o acompanhamento do educador Sérgio Paiva segue sendo realizado.

Política Nacional de Participação Social

Em maio deste ano, a partir do Decreto 8.243 da Presidência da República, foi instituída a Política Nacional de Participação Social com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

A partir dela, objetivos e diretrizes relativos ao conjunto de mecanismos foram criados para possibilitar o compartilhamento de decisões sobre programas e políticas públicas, como, por exemplo, conselhos, conferências, mesas de diálogo, ouvidorias, consultas e audiências públicas e ambientes virtuais de participação social.

Saiba mais e apoie essa iniciativa em:

<http://www.participa.br/participacaosocial>

Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Política

Marcado para acontecer entre 01 a 07 de setembro de 2014, o Plebiscito Popular já vem mobilizando os estados, através de comitês locais, momentos formativos para construir coletivamente um amplo debate sobre o tema. A pergunta que será feita nesse processo é: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e soberana do Sistema Político? () Sim () Não”

O Plebiscito Popular é um instrumento de democracia direta, que permite que a população expresse sua vontade e pressione o poder executivo e legislativo a fazer mudanças políticas e sociais. A Constituinte do Sistema Político será uma assembleia de representantes eleitos pelo povo para modificar a economia e a política do país e definir as regras e o funcionamento das instituições de Governo, do Congresso Nacional e do Judiciário.

Contribua e faça parte dessa história. Acesse <http://www.plebiscitoconstituinte.org.br/> e saiba como contribuir em sua região!



a construção

Captação de recursos e elaboração de projetos é tema de formação da MISEREOR

A Misereor, parceira de organizações e movimentos sociais ao longo dos últimos 30 anos na América Latina, promoveu nos dias 14 a 16 de maio, em Porto Alegre, o encontro de parceiros da região Sul.

O objetivo do encontro foi debater alternativas conjuntas de sustentabilidade financeira através da captação de recursos e elaboração de projetos.

Prestigiaram o evento 19 entidades, cerca de 40 pessoas. O CAMP se fez presente através da participação dos colaboradores Márcio Becker e Regina Piovesan.

Essa parceria do CAMP com a MISEREOR (Entidade Episcopal da Igreja Católica da Alemanha que trabalha na cooperação ao desenvolvimento da Ásia, África e América Latina) encerra neste mês de julho o Projeto de Transição – Programa de Participação Política e Social no Rio Grande do Sul, no contexto das Ilhas que formam o Arquipélago.

Desde o ano passado, a MISEREOR sinalizou, na ocasião do



encontro com os parceiros da região Sul do Brasil realizado em Santa Maria (RS), que estaria encerrando os projetos de parceria direta com as entidades do Sul do país, parceria esta de mais de 20 anos. As entidades, por conta dessa situação, vêm pensando em estratégias que garantam a sustentabilidade das mesmas, garantindo assim a continuação das atividades. Diante desse novo cenário que se apresenta, uma formação composta de 4 módulos está sendo oferecida pela MISEREOR. É um curso que conta com

a assessoria da FICAS de São Paulo (Associação que atua na área de assessorias a organizações da sociedade civil na área de projetos sociais e captação de recursos). O primeiro módulo aconteceu nos dias 14, 15 e 16 de maio, os demais acontecerão em agosto, setembro e outubro. Um dos desdobramentos dessa formação é a construção de projetos bilaterais, estes sendo inovadores poderão ainda receber apoio da MISEREOR.

Para saber mais sobre essa Instituição, acesse: www.misereor.de/

Educação Popular em movimento...

Albenir Ribeiro Ramires (Déko)
o Poeta do Avesso*

Nos campos e cidades,
Nas aldeias, ilhas e várzeas,
Cerrados, sertões ou florestas;
Toda a nação entra em festa
Aprendendo e ensinando,
É a Educação Popular
Semente que vai se espalhando.

Nessa "Pátria Mãe Gentil",
Um novo jeito de educar;
Nasce sobre as colinas, montanhas,
E desliza sobre os rios a navegar,
Onde haja indiferença,
De norte a sul desse país varonil,
A Educação Popular vem para
transformar o Brasil.

Os povos de todas as raças, todas
as crenças e cores,
Trocando experiências, construindo
novos valores;
Assim a Educação Popular vai
fazendo a diferença,
Na vida, na carne, no osso, ela
chega e humaniza,
Transforma a realidade, por uma
nova sociedade.
É o que a gente precisa!

**Educador Popular. Faz parte da equipe de
gestão do CAMP.*

Escola de Cidadania realiza curso sobre Gestão de Organizações Sociais

Este ano estamos retomando a Escola de Cidadania com a realização de um curso piloto sobre Mobilização de Recursos para Organizações Sociais. O curso ocorrerá no segundo semestre de outubro com 50 horas aula, aos sábados.

O curso será dividido em quatro módulos:

- ambiente das organizações da sociedade civil;
- mobilização de recursos;
- elaboração e gestão de projetos;

- aprendendo a usar o SICONV.

A Escola de Cidadania do CAMP tem como objetivo capacitar gestores e militantes das organizações sociais, tendo em vista seu papel fundamental tanto na execução de políticas públicas quanto na formação de sujeitos políticos. Mesclar capacidade técnica com engajamento político é fundamental para as OSCs (Organizações da Sociedade Civil).

A perspectiva metodológica



do curso é a da Educação Popular, a qual busca partir da experiência e dos conhecimentos dos educandos para colocá-los em contato com referenciais teórico-metodológicos e, então, construir novos saberes.

O objetivo do CAMP é, a partir de 2015, realizar um curso de Gestão de Organizações Sociais que abranja a gama de

temas e desafios que as OSCs enfrentam. Conseguir realizar uma boa gestão viabiliza que as OSCs possam manter seu caráter de agentes provocadores de transformações sociais e políticas.

Inscrições a partir de 1º de setembro de 2014. Mais informações no site do CAMP: www.camp.org.br